



# Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 5 · No. 2 - 08 de março de 2010

## NOTÍCIA MULTILATERAL

Para Lamy, ainda é muito cedo para reunir ministros em Genebra.....1

## NOTÍCIAS REGIONAIS

Caso do algodão: Brasil divulga lista de produtos para retaliação .....2

UE conclui negociações comerciais com Peru e Colômbia.....4

## BREVE MULTILATERAL

UNFCCC divulga agenda para 2010.....5

## EVENTOS

Fóruns Multilaterais.....6

Fóruns Regionais.....6

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

### Equipe editorial:

Adriana Verdier  
Michelle Ratton Sanchez  
Manuela Trindade Viana  
Daniela Helena Oliveira Godoy

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

## NOTÍCIA MULTILATERAL

### Para Lamy, ainda é muito cedo para reunir ministros em Genebra

Em sessão recente do Conselho Geral, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, afirmou que a reunião programada para finais de março, com o objetivo de avaliar o progresso da Rodada Doha – chamada, no jargão da OMC, de *stocktaking* –, não incluirá ministros. Lamy ressaltou que, nesta etapa das negociações, os altos funcionários são os mais indicados a realizar essa tarefa.

O anúncio de Lamy já era esperado por diversos especialistas em negociações multilaterais, afinal, apesar dos pedidos para a conclusão da Rodada em 2010, o posicionamento dos Membros não foi substancialmente alterado. Para que se possa finalizar a Rodada neste ano, os negociadores deveriam alcançar, ainda no primeiro trimestre, um acordo de modalidades sobre fórmulas e modelos que permitissem efetuar reduções nas tarifas e subsídios. Tal objetivo, entretanto, parece claramente distante.

Não obstante, Lamy pareceu otimista ao afirmar a delegados que o balanço das negociações oferece uma oportunidade importante para imprimir energia política e impulso aos diálogos. Para o diretor-geral, com um pouco de sorte, os delegados lograrão traçar o caminho para resolver os problemas pendentes. Lamy sustentou, ainda, que o balanço das negociações permitiria identificar com mais clareza as divergências persistentes, bem como a dinâmica necessária para abordá-las.

O diretor-geral não descartou 2010 como meta para o término das negociações: enfatizou, por outro lado, que a viabilidade desta meta deverá ser avaliada pelos ministros. No entanto, Lamy considera que ainda é muito cedo para envolvê-los

na reunião de *stocktaking*, programada para 29 e 30 de março. Por esse motivo, o diretor-geral deverá convocar os altos funcionários para tal encontro.

Em reação às declarações de Lamy, os delegados comerciais expressaram desânimo e frustração com a contínua falta de progressos na Rodada Doha. Particularmente, algumas delegações queixaram-se de que seus esforços nas negociações comerciais foram restringidos pela atuação dos oficiais em seus respectivos contextos domésticos, o que não conferiu aos delegados uma ampla margem de manobra para concluir a Rodada.

Nesse contexto, Fernando de Mateo, embaixador do México perante a OMC, destacou três possíveis cenários para o futuro da Rodada Doha: (i) as negociações poderiam prosseguir em 2010, mas se tornariam cada vez mais irrelevantes; (ii) as negociações poderiam ser suspensas, mesmo que esta opção possa tornar ainda mais complicadas as divergências entre as delegações; ou ainda – opção aspirada por muitos delegados – (iii) poderia ressurgir a vontade política necessária para a finalização da Rodada.

Poucas pessoas estão realmente considerando suspender as negociações: é muito mais provável que os delegados continuem a se reunir, especialmente aqueles que mantêm grande entusiasmo, como Austrália e União Europeia (UE).

A Rodada Doha já é a mais longa da história das negociações comerciais multilaterais. Sua predecessora, a Rodada Uruguai, era considerada até então a mais longa, com duração de sete anos e sete meses. Mesmo com o prolongamento da Rodada Doha no tempo, diversos especialistas defendem que ainda vale a pena lutar por sua finalização.

Por exemplo, Gary Clyde Hufbauer, Jeffrey Schott e Woan Foong Wong, do Peterson Institute for International Economics, argumentaram, em matéria para a *Vox EU*, que a conclusão de um acordo comercial global será crucial para garantir que os países resistirão às pressões protecionistas, assim como para suavizar o atual problema de desemprego. Segundo tais especialistas, o acordo de Doha estimularia o Produto Interno Bruto

(PIB) global em mais de US\$ 280 bilhões por ano. Os autores sustentaram, ainda, que o fracasso do referido acordo daria impulsão a uma nova onda de acordos preferenciais que afetaria negativamente o sistema multilateral de comércio. Nesse sentido, defenderam que a “Rodada Doha pode e deve ser concluída”.

Essa visão foi contestada por Kevin Gallagher e Timothy Wise, que acreditam que tais previsões são imprecisas e partem da premissa de que os países em desenvolvimento (PEDs) farão grandes concessões na presente negociação. Estes especialistas afirmaram que ainda é preciso que o desenvolvimento encontre seu caminho de volta à agenda da OMC. Para eles, o reconhecimento de que a economia mundial é composta por nações em diferentes níveis de desenvolvimento deveria ser o princípio norteador para reanimar as negociações comerciais mundiais.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 14, No. 7 - 24 fev. 2010.

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### Caso do algodão: Brasil divulga lista de produtos para retaliação

O governo publicou a lista dos produtos importados dos Estados Unidos da América (EUA) que receberão sobretaxa na tarifa de importação, como medida de retaliação no caso do algodão. Com a divulgação do rol, em 8 de março, o contencioso entra efetivamente na fase de retaliação. A disputa entre Brasil e EUA perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) tornou-se emblemática como questionamento dos programas de subsídios concedidos por países desenvolvidos (PDs) aos produtores agrícolas domésticos.

Uma decisão do Órgão de Apelação (OA), em 2009, estipulou em US\$ 830 milhões o montante do prejuízo sofrido pelos exportadores brasileiros em decorrência dos programas de apoio estadunidenses. Parte desse valor poderá ser

revertida ao Brasil por meio do aumento na alíquota imposta aos produtos contidos na lista.

A fim de evitar prejuízo à cadeia produtiva brasileira, o governo optou por concentrar os produtos sancionados no setor de consumo, excluindo insumos industriais. Dentre os itens contidos na lista, encontram-se cosméticos como cremes, xampus e maquiagens, cuja tarifa duplicou – de 18% para 36%. Para algodão e diversos tecidos deste material, o aumento corresponde a 100%. Apesar de ser pouco significativo o comércio entre os dois países neste setor, a maior elevação da lista possui significado político.

Os produtos agrícolas dos EUA também foram alvo da retaliação. Diversos itens alimentícios sofrerão sobretaxas entre 30% e 48%: carne; frutas como ameixa, cereja e pêra; batata; sucos e polpas de frutas; e soro de leite. Ademais, o governo anunciou que os automóveis poderão receber aumento de 35% para 50%. As sobretaxas entrarão em vigor em 30 dias.

Estima-se que o prejuízo dos exportadores estadunidenses com o aumento das tarifas corresponderá a US\$ 560 milhões. Ainda, poderão ser aplicados outros US\$ 270 milhões em sanções sobre bens de propriedade intelectual, dentro do procedimento conhecido como retaliação cruzada. Esta modalidade, permitida pelas regras da OMC, constitui o ponto mais delicado para os EUA, um dos grandes detentores de patentes.

O Brasil alterou recentemente sua legislação para possibilitar a aplicação da retaliação cruzada. Por meio da Medida Provisória (MP) Nº. 482, editada em 11 de fevereiro, o governo estipula procedimentos para retaliar membros da OMC na área de propriedade intelectual. As medidas previstas incluem a suspensão e limitação de direitos nessa matéria, bem como alteração na forma de obtenção ou manutenção destes. A MP contempla também o bloqueio temporário de remessa de *royalties* ou outro tipo de remuneração por direitos neste setor, ou a constituição de outros direitos de natureza comercial sobre tais remunerações.

Contudo, a aplicação de retaliação cruzada gera polêmica, mesmo entre setores internos

brasileiros. Segmentos da indústria mostram-se apreensivos sobre a adoção de tal medida por temerem represálias por parte dos EUA. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, confirma o desejo do país em evitar o recurso a esta medida, porém alerta que o governo não deixará de aplicá-la em função de possíveis represálias por parte do parceiro comercial.

A opção pela retaliação na área de propriedade intelectual é vista como uma poderosa arma de barganha para o Brasil. No período entre a publicação da MP e a publicação da lista de produtos, a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, visitou o Brasil. Entre os tópicos da pauta, a delegada estadunidense comentou a disposição de seu país em retomar as negociações a fim de evitar a retaliação. Gary Locke, secretário de Comércio dos EUA, deverá chegar ao Brasil hoje para discutir o assunto.

O setor privado brasileiro almeja a eliminação dos subsídios declarados ilegais pelo OA. Parte dos programas condenados pela OMC estão incluídos na Lei Agrícola dos EUA, e portanto, sua alteração depende de um ato legislativo. Especialistas brasileiros defendem que o Executivo dos EUA pode eliminar o efeito do programa GSM por meio da diminuição dos juros. O setor privado brasileiro sugere a adoção de formas de compensação, como a criação de um fundo financiado pelo governo estadunidense para apoiar os produtores brasileiros a investir em tecnologia. Também foi sugerida a eliminação de limitações às exportações brasileiras de carne, suco de laranja e etanol.

Há pouca chance de que o Congresso dos EUA discuta os programas de subsídios em breve, em virtude do excesso de compromissos na agenda para este ano. A votação da próxima Lei Agrícola do país está prevista para 2012.

A lista de produtos divulgada pelo governo brasileiro encontra-se disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=08/03/2010&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=100>>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Diário Oficial da União. Resolução No. 15, de 05 de março de 2010. (08/03/2010). Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=08/03/2010&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=100>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

Medida Provisória N. 482, de 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Mpv/482.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/482.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2010.

Valor Econômico. *Lista de retaliação aos EUA se concentra em produtos de luxo*. (08/03/2010). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=677359](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=677359)>. Acesso em: 08 mar. 2010.

Agência Senado. *Secretária de Estado norte-americana chega amanhã para agenda com Lula e ministros*. (01/03/2010). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/?q=node/1077>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

---

## UE conclui negociações comerciais com Peru e Colômbia

A União Europeia (UE) concluiu, em 1º de março, as negociações comerciais com Colômbia e Peru. O objetivo da Espanha, país a cargo da Presidência *pro tempore* do bloco europeu, de finalizar os acordos comerciais pendentes com os países latino-americanos está mais próximo de sua concretização.

Por sua vez, as conversações para um Acordo de Associação entre UE e América Central continuam: em 27 de fevereiro, as Partes concluíram outra rodada de negociação, que ainda deixou algumas questões comerciais por resolver. Os capítulos de Diálogo Político e Cooperação, entretanto, foram finalizados com êxito na referida rodada.

## Peru e Colômbia finalmente logram acordos isolados

O processo de negociação entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a UE, iniciado em 2007, buscava um acordo de amplo escopo. No entanto, as divergências entre os países andinos em matéria de propriedade intelectual e proteção da biodiversidade, bem como a pressão exercida pelo Equador a respeito das tarifas aplicadas sobre a banana, conduziram à adoção de um novo modelo de diálogos, fundado na adaptação às necessidades de cada Parte.

O posterior abandono das negociações por Bolívia e Equador suscitou uma ruptura no bloco andino. No início de fevereiro de 2010, o governo boliviano declarou que recorrerá ao Tribunal Andino, órgão de solução de controvérsias da CAN, com vistas a resguardar a integração regional. Mais precisamente, o governo boliviano argumentava que algumas normas do Regime Comum sobre Propriedade Industrial do bloco haviam sido violadas e que alguns decretos aprovados pelo Peru contrariavam a ordem jurídica da CAN. Além disso, segundo o Executivo boliviano, ao anunciar que partiria ao diálogo bilateral com a Europa, o Peru teria desrespeitado o entendimento comum dos países andinos em favor de uma negociação conjunta frente à UE. Recentemente, o Equador manifestou que daria continuidade às negociações junto à UE, uma vez solucionada a controvérsia em torno das tarifas aplicadas sobre a banana.

Por sua vez, Colômbia e Peru, que mantiveram negociações comerciais paralelas àquelas desenvolvidas pela CAN, tiveram seus esforços materializados em 1º de março, apesar das críticas severas por parte dos demais países andinos.

## Pontos tratados na etapa final

Finalizada a 9ª rodada de negociações entre UE e Colômbia e do bloco europeu com o Peru, espera-se que o acordo alcançado seja assinado pelas Partes durante a VI Cúpula da América Latina-Caribe com a UE (ALC-UE), a ser realizada em 18 de maio, em Madri. No entanto, segundo o ministro peruano de Comércio Exterior e Turismo, Martín Pérez, no melhor dos cenários, o

acordo poderá entrar em vigência no início de 2012.

O texto do acordo – ainda não divulgado – possui uma cláusula que contempla a possível adoção de medidas punitivas, caso seja observada a violação reiterada dos direitos humanos ou a ruptura da ordem democrática. A inclusão de tal cláusula, que pode ser acionada por qualquer uma das Partes, resulta da pressão de organizações não-governamentais (ONGs), as quais se opunham ao acordo sob o argumento de que o quadro dos direitos humanos não apresentou melhoras na região andina, muito menos na Colômbia.

Para Santiago Pardo, chefe da equipe de negociação colombiana, as principais conquistas nesta Rodada estão relacionadas aos temas de propriedade intelectual, regras de origem e acesso a mercado. No que toca ao primeiro, o capítulo final trata de indicações geográficas e biodiversidade e apresenta uma obrigação recíproca sobre a adoção de medidas que protejam temas como a apropriação indevida de recursos genéticos e de conhecimento, inovação e práticas tradicionais associadas.

No que tange a acesso a mercado, a equipe de negociação colombiana concretizou, junto aos representantes europeus, condições de acesso preferenciais para produtos como banana, açúcar, rum, óleo de palma, confeitaria e chocolates, bens que estariam isentos de tarifas a partir da entrada em vigor do Acordo. Parte dos avanços observados neste capítulo deveu-se ao acordo sobre bananas alcançado na Organização Mundial de Comércio (OMC), em dezembro do ano passado.

### **Negociações com América Central continuam**

Segundo o Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica, houve progressos em grande parte dos pontos do capítulo comercial. Particularmente, logrou-se concluir o capítulo sobre concorrência e a seção normativa de compras governamentais. Além disso, a América Central apresentou um pacote conclusivo em matéria de medidas sanitárias e fitossanitárias, que abarca a totalidade dos interesses centro-americanos a respeito desse tema.

No que tange aos obstáculos técnicos ao comércio e a acesso a mercado, a América Central logrou incluir uma disposição que permite a solicitação de esclarecimento e orientação sobre determinada regulação europeia vigente ou em trâmite, de modo a facilitar sua compreensão e cumprimento.

Espera-se que as negociações entre europeus e centro-americanos – paralisadas pela situação política em Honduras – sejam finalmente concluídas em abril. Em declarações recentes, o negociador hondurenho, Melvin Redondo, afirmou que a renovação das negociações por parte do novo governo de Honduras corresponde a uma prova da legitimidade deste, bem como de sua contribuição para o acordo. Por sua parte, o negociador europeu na área de cooperação, Petros Mavromichalis, destacou que a UE “não reconhece governos, mas sim Estados” e que chegou o momento de normalizar as relações após as eleições de novembro passado.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 7, No. 4 - 02 mar. 2010.

## **BREVE MULTILATERAL**

### **UNFCCC divulga agenda para 2010**

O secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) anunciou que a próxima rodada de negociações formais ocorrerá em Bonn (Alemanha), entre 9 e 11 de abril.

Tal reunião soma-se ao encontro anual dos órgãos subsidiários da UNFCCC, a ser realizada em junho. Estes são responsáveis pelas negociações técnicas, científicas e procedimentais relacionadas à Convenção. Até a definição do primeiro encontro, o evento no meio do ano constituía a única oportunidade para negociações formais antes da Conferência de Cancún, que ocorrerá de 29 de novembro a 10 de dezembro.

As reuniões anunciadas para abril e junho representam um respaldo do secretariado à demanda dos países em desenvolvimento (PEDs), na medida em que as conversas continuarão a ser

desenvolvidas em duas frentes: uma dedicada ao segundo período de compromissos sob o Protocolo de Quioto, e outra voltada às discussões sob o Grupo de Trabalho sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo (AWG – *Ad-hoc Working Group*, em inglês). Este último tem como objetivo perseguir as metas do Plano de Ação de Bali, planejamento elaborado por ministros na Conferência das Partes de 2008. O documento busca a celebração de um novo acordo global para tratar das mudanças climáticas.

As negociações em torno dos detalhes da segunda fase do Protocolo de Quioto já duram três anos. Contudo, diversos países desenvolvidos (PDs) almejam abandonar o referido documento e negociar um novo tratado. Por sua vez, os PEDs recusam-se a abrir mão do Protocolo, ainda que o considerem insuficiente para solucionar a questão das mudanças climáticas. Sob sua perspectiva, esta constitui a única forma de garantir que os PDs assumam compromissos vinculantes de corte de emissões.

Para Yvo de Boer, secretário executivo da UNFCCC até julho de 2010, a decisão de intensificar a agenda demonstra o compromisso dos governos de avançar nos diálogos rumo a Cancún, Conferência em que as Partes buscarão novamente forjar um acordo vinculante para a redução das emissões de gases-estufa.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, V. 14, N. 7 – 24 fev. 2010.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Informações:  
[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)

Local: Genebra, Suíça

12 de março  
 Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação do Comércio

10 de março  
 Reunião do Comitê sobre Agricultura

12 de março  
 Reunião do Subcomitê sobre Acordos Regionais de Comércio

17 de março  
 Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias  
*Workshop* sobre *Aid for Trade* e Agricultura

19 de março  
 Sessão especial do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento  
 Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias  
 Reunião do Grupo de Trabalho sobre Padrões e Comércio  
 Reunião do Conselho sobre Comércio de Bens

#### Unctad

Informações:  
<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=1&frmYear=2008&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2008&month=12&day=>

Agenda não disponível.

### Fóruns Regionais

#### Mercosul

Informações:  
[http://www.mercosur.int/t\\_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=1739&site=1&channel=secretaria&seccion=3](http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=1739&site=1&channel=secretaria&seccion=3)

Local: Buenos Aires, Argentina

09 de março  
 Reunião de Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum

10 de março  
 Reunião de Integração Produtiva

15 de março

Reunião do Comitê Técnico No. 2: Assuntos Aduaneiros

Reunião do Subgrupo de Trabalho No. 7: Indústria

16 de março

Reunião do Comitê Técnico No. 3: Comissão de Comércio do Mercosul

17 de março

Reunião do Grupo Gestor de Projeto de Indicadores

Reunião do Grupo Gestor de Projeto de Terminologia

Reunião do Subgrupo de Trabalho No. 2: Grupo Mercado Comum

18 de março

Reunião Mercosul-União Europeia

### Cepal

Informações:

<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>

Local: Santiago, Chile

15 de março

Fórum Ministerial União Europeia, América Latina e Caribe sobre Sociedade da Informação: conteúdos digitais para uma sociedade digital

### OCDE

Informações:

[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html)

10 de março

Mesa redonda “30 anos após o impacto das diretrizes de privacidade da OCDE”

Local: Paris, França

Conferência “Investimentos transfronteiriços em um mundo em recessão”

Local: Washington DC, EUA

Conferência “Cidades inovadoras”

Local: Curitiba, Brasil

12 de março

*Workshop* “Tecnologia verde: um caso para cooperação internacional”

Local: Paris, França

15 a 17 de março

Congresso “Mercados mundiais de Biocombustíveis”

Local: Amsterdã, Holanda

18 de março

Conferência “Elementos básicos de uma economia de mercado social”

Local: Berlim, Alemanha

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### ICTSD publica livro sobre propriedade intelectual

O International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) acaba de publicar o livro *Intellectual Property and Sustainable Development: development agendas in a changing world*. Este considera um amplo leque temático relacionado a propriedade intelectual (PI) sob a perspectiva do desenvolvimento. Além disso, o livro apresenta estudos de caso de países na África, Ásia e América Latina, com o objetivo de verificar o impacto dos direitos de PI sobre o setor farmacêutico, a proteção do conhecimento tradicional, o acesso ao conhecimento, bem como sobre o papel das políticas de concorrência. Para mais informações sobre o estudo, ver: <<http://ictsd.org/i/trade-and-sustainable-development-agenda/71019/>>.

### Países latino-americanos criam fórum de concertação regional

Em 23 de fevereiro, os países da América Latina e do Caribe assinaram, em Cancún (México), a Declaração da Cúpula da Unidade, documento que cria um mecanismo comum aos países da região, exceto os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá. Ainda não se sabe se este arranjo cooperativo será transformado em organização regional; o estatuto do novo fórum latino-americano deverá ser discutido na Cúpula

seguinte, a ser realizada em 2011, na Venezuela. Segundo a referida Declaração, o novo mecanismo deverá impulsionar a integração regional, promover a concertação política e aumentar a coordenação. Nessa mesma ocasião, também foi aprovada a Declaração de Cancún com princípios gerais comuns à região, além de uma série de comunicados especiais de apoio à Argentina em sua controvérsia com o Reino Unido envolvendo as Ilhas Malvinas; e de manifestação contrária ao embargo estadunidense imposto a Cuba. O documento que cria o mecanismo de concertação mencionado acima está disponível em: <[http://www.flacso.org/uploads/media/Declaracion\\_de\\_la\\_Cumbre\\_de\\_la\\_Unidad.pdf](http://www.flacso.org/uploads/media/Declaracion_de_la_Cumbre_de_la_Unidad.pdf)>.

### **Fórum Internacional debate gestão da água**

Promovido pela Associação Riograndense de Imprensa, o Fórum Internacional de Gestão Ambiental (Figa) será estruturado sobre o tema “Água, o grande desafio”. O evento, de caráter multidisciplinar, será realizado nos dias 22 a 24 de março, em Porto Alegre (RS), no Centro de Evento do Hotel Plaza São Rafael. Para abordar o tema proposto para 2010, o Fórum contará com ampla participação da sociedade civil, notadamente de pesquisadores e profissionais de ciência e tecnologia. O evento tem por objetivo central a elaboração de propostas e recomendações em matéria de saneamento, abastecimento e preservação. Para mais informações, ver: <<http://www.figambiental.com.br/>>.

### **Fundo oferece bolsas para jornalistas**

O Fundo Dag Hammarskjöld de Bolsas para Jornalistas abriu inscrições para jornalistas interessados em concorrer a uma bolsa para 2010. Os profissionais devem ser originários de países em desenvolvimento e devem ter entre 25 e 35 anos. Os candidatos aprovados cobrirão a 65ª sessão a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. A bolsa será concedida no período compreendido por setembro e novembro e incluirá custos com passagem aérea e acomodação em Nova York, assim como um subsídio diário. As inscrições estendem-se até 9 de abril. Para mais informações, ver: <[www.unjournalismfellowship.org](http://www.unjournalismfellowship.org)>.

### **Para Pnuma, vontade política internacional não é suficiente para conter aquecimento**

Em relatório divulgado em fevereiro, o Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) sustenta que as emissões globais precisam ser reduzidas entre 48% e 72% de 2020 a 2050. Tais níveis encontram-se em um grau de ambição consideravelmente acima das metas anunciadas pelos países após a Conferência de Copenhague, realizada em dezembro de 2009. O relatório, elaborado com base na análise do quadro econômico de países desenvolvidos e em desenvolvimento, defende que há uma série de motivos para que as nações optem pela transição em direção a uma economia verde, com baixo consumo de carbono, mas esse movimento exigiria o cumprimento dos compromissos relacionados a financiamento acordados na última Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Para mais informações, ver: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portugues e/detail/176733.html>>.